



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REQUERIMENTO Nº 924/2021

Audiência Pública - Cannabis Medicinal:
derrubando mitos.

Os vereadores Fabi Virgílio e Marcos Garrido, que esta subscrevem, vem respeitosamente, convocar Audiência Pública para o dia 25 de outubro, às 18h para debater sobre o uso da Cannabis para fins medicinais.

A realização da audiência pública tem como objetivo aprofundar os debates e o acesso a informações científicas sobre os resultados do uso da cannabis, sobre técnicas qualificadas de plantio, extração de princípios ativos e produção de fármacos, além de dar subsídios para as mudanças necessárias nas legislações nacionais em prol da regulamentação da cannabis medicinal.

A Audiência Pública também terá como objetivo a promoção de conhecimento sobre o tema e a desconstrução de mitos difundidos sobre a planta que não representam a realidade e desconsideram avanços dentro do tema alcançados e comprovados pela ciência.

Considerando que tramita Projeto de Lei nº 399/2015, em que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que regulamenta o uso medicinal de Cannabis, que tem como objetivo o plantio da cannabis para fins medicinais e a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos, ou partes da planta.

Considerando que o canabidiol é um dos princípios ativos da Cannabis Sativa, nome científico da maconha. Compõe até 40% dos extratos da planta e pode ser usado como medicamento para diversas doenças, que variam de epilepsia severa a fibromialgia;

Considerando que de acordo com a ANVISA, até 13 milhões de brasileiros portadores de doenças crônicas, como Mal de Parkinson, Câncer, Epilepsia Refratária, Autismo, Alzheimer e Dores Crônicas, entre outras patologias tem a oferta de tratamentos terapêuticos reduzidos. Isso significa que cerca de 5,9% da população brasileira precisa da Cannabis Medicinal para seus tratamentos e, portanto, terem qualidade de vida.

Considerando que regulamentar a Cannabis Medicinal com produção nacional é uma forma de democratizar o acesso para os pacientes uma vez que desde o fim de 2014,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

o Conselho Federal de Medicina (CFM) autoriza a prescrição de medicação à base de canabidiol e milhares de pacientes já fazem uso, mas com os insumos importados o medicamento fica muito caro;

Considerando que em 2015, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) retirou o CBD da lista de substâncias ilegais, passando para a lista de substâncias controladas, exigindo receita e laudo médico para a importação. Mas o uso medicinal do canabidiol ainda é visto com preconceito no Brasil, que proíbe o cultivo da planta.

Com avanço da pauta, o debate se faz necessário para aprofundar a temática e desconstruir equívocos, preconceitos e pré-conceitos enraizados na sociedade em volta do tema.

Requeiro, ainda, que sejam convidados para participar desta Audiência, os representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- 1 - Paulo Teixeira - Deputado Federal do PT.
- 2 - Silvana Lee - Gerente de Assistência Farmacêutica (Secretaria Municipal da Saúde).
- 3 - Maicon Silva - Fisioterapeuta - Mentor do método OfficePilates / Paciente cannabico desde 2014.
- 4 - Eliana Honain - Secretária da Saúde.
- 5 - Representante do COMAD - Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas.
- 6 - Dr. Erik Torquado - Advogado e Ativista.
- 7 - Dra. Carolina Nocetti - Médica.

Na expectativa de uma breve manifestação a respeito, ensejo para reiterar meus votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 28 de setembro de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

FABI VIRGÍLIO, MARCOS GARRIDO